

ALTERIDADE E EDUCAÇÃO: ALTERNATIVAS PARA CRIAÇÃO DE IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE

Patricia Leite Nogueira¹

RESUMO

Este ensaio busca analisar a importância em entender as necessidades e expectativas dos indivíduos em formação a fim de resgatar valores morais, com intuito de solidificar sua identidade. O conteúdo aborda os prejuízos experimentados pelos atores que desempenham papéis no campo educacional, notadamente no que diz respeito aos docentes, quando do exercício de sua profissão, dos discentes, enquanto receptores de informações e conhecimentos e, por fim, da sociedade, que é o receptáculo de todos os produtos humanos. A atual realidade acaba por acarretar a perda de identidade, e, por consequência, torna os indivíduos mais vulneráveis a copiar os modelos existentes, e, se não forem direcionadas a pensar no bem comum, acabam enaltecendo os maus arquétipos. Ao longo da história de nosso país, muitas ideias que estimulam a prosperidade da nação e enaltecem a valorização dos indivíduos foram propostas, mas as práticas se desvirtuaram dos objetivos apostos nos documentos, possivelmente porque culturalmente, os interesses de minorias sempre prevaleceram sobre os das maiorias. Para que possamos nos tornar sustentáveis, necessário se faz criar uma cultura de “sobrevivência saudável” a partir da conscientização das pessoas. O principal espaço para isso é o escolar/acadêmico, que deve estimular cada vez mais os aspectos atitudinais de caráter solidário. Para tanto, o processo ensino-aprendizagem precisa se tornar obra de arte, algo passível de desencadear sensibilidade e racionalidade, características típicas da “Educação Estética”. É necessária a busca de um novo paradigma que oriente visões de mundo de forma equilibrada, que vise salvaguardar as possibilidades de vida digna para todos os seres humanos: e, como parte desse processo, a educação ocupa um papel de indiscutível centralidade, posto que repensar a escola é humanizá-la, voltando-a para o caminho da cooperação, do entendimento, do apoio a posturas sensatas e conciliatórias, com relações interpessoais que busquem transformar o ser humano, atingindo assim, a sustentabilidade da espécie.

¹ UNISANTA - Universidade Santa Cecília; UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

PALAVRAS-CHAVE: educação, alteridade, estética, sustentabilidade.

ABSTRACT

This essay seeks to analyze the importance of understanding the needs and expectations of individuals in formation aiming recover moral values in order to solidify their identity. The content deals with the losses experienced by the actors who play roles in the educational field, especially teachers, in the exercise of their profession, students, as recipients of information and knowledge and, finally, of society, which is the receptacle of all human products. The current reality leads to loss of identity, and consequently makes individuals more vulnerable to copying existing models, and, if not directed at thinking of the common good, end up extolling the bad archetypes. Throughout the history of our country, many ideas that stimulate the prosperity of the nation and exalt the valorization of the individuals were proposed, but the practices were distorted of the goals put in the documents, possibly because culturally, the interests of minorities always prevailed over the ones of the majorities. If we want become sustainable, we need to create a culture of "healthy survival" based on people's awareness. The main space for this is the school / academic, which should stimulate more and more the attitudinal aspects of solidarity. For this, the teaching-learning process must become a work of art, something that can trigger sensibility and rationality, typical characteristics of "Aesthetic Education". It is necessary to seek a new paradigm that guides worldviews in a balanced way, aimed at safeguarding the possibilities of a decent life for all human beings: and, as part of this process, education plays a role of undisputed centrality, since rethinking the school is to humanize it, returning it to the path of cooperation, understanding, support for sensible and conciliatory postures, and interpersonal relations that seek to transform the human being, thus achieving the sustainability of the species.

KEY-WORDS: Education, alterity, aesthetics, sustainability

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, constatamos que um número significativo de sujeitos busca participar da sociedade por meio da exposição de bens materiais ou culturais, adquiridos e amplamente divulgados (ostentação), independentemente se estes são incorporados ao seu "patrimônio" dentro dos preceitos éticos ou legais. Tais atitudes surgem como consequência da trajetória

político-econômica iniciada em nosso país no final da década de 90, com as bases da estabilização monetária pelo advento do Plano Real. À época, houve queda na participação salarial na renda nacional e crescimento de rendas advindas de propriedades. De 2004 a 2010, houve a inversão da dinâmica, aumentando a participação dos salários na renda nacional e diminuindo as rendas originárias de propriedades, fazendo com que o cenário voltasse à realidade experimentada em 1995. O crescimento do setor de serviços e políticas de apoio às rendas voltadas as classes menos favorecidas, deu-se o fortalecimento de classes populares vinculadas aos trabalhos de baixa remuneração, independente do precário nível educacional e limitada experiência profissional. Essa categoria passa a ser chamada de nova classe média, incentivada pelos monopólios sociais (meios de comunicação) por meio da manipulação do consciente da população em prol de seus desejos mercantis, defendendo o consumismo e negando a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade. (POCHMANN, 2012)

A inclusão social por meio do consumo faz com que muitas pessoas acabem por confundir os limites entre o real e o ficcional. E, quanto menos culturalmente instruída é um indivíduo, mais fácil é a capacidade da indústria cultural impor-lhes seus produtos, conceitos e valores: a forma de o homem atual situar-se frente à realidade é tecnológica, instrumental; e, nesse processo, não somente a natureza, mas os próprios homens são “coisificados”, perdendo a característica essencialmente humana de possuir um fim em si para tornarem-se meios. Passam, assim, a possuir valor em função da sua capacidade de coordenar meios para atingir objetivos, em geral determinados por elementos econômicos. Habermas (2000) já apontava o problema da dominação em que sujeitos são manipulados por pares como se fossem objetos em função de interesses egoístas, e, no processo histórico universal do esclarecimento, a espécie humana se distanciou das origens, pairando sobre o mundo moderno racionalizado, “a maldição da coisificação demoníaca e do isolamento mortal”. (HABERMAS, 2000)

Constata-se então que a subjetividade se encontra cada vez mais coisificada, e, na eventualidade de negação de acesso aos produtos colocados à disposição, as pessoas tenderão a se projetar nos personagens criados pela mídia, nascendo, assim, o fictício exercício da cidadania, posto haver uma ilusão associativa que é estabelecida com os protagonistas, que passam a representar seus "ativos" papéis perante o manuseio dos produtos, cujos rótulos clamam pela necessidade de serem imediatamente consumidos.

Nessa linha de raciocínio, Bouffleur advoga no sentido de que “o homem do nosso tempo perdeu a capacidade de objetivar criticamente o mundo em que vive”, se transformando em um ser econômico, unidimensional. (BOUFLEUR, 2001).

Apenas quando o indivíduo consegue se identificar como ator no mundo e não mais como espectador, poderá ser considerado cidadão.

Nas palavras do o ilustre jurista Dalmo Dallari,

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. DALLARI (1998, p.14).

A Pedagogia Progressista defende que a educação tem como escopo a transformação social sendo a escola um espaço onde os alunos possam não apenas questionar os conceitos e realidades que lhes são apresentados, mas descobrir, experimentar e desenvolver produções culturais e intelectuais, a partir dos resultados aferidos. Para tanto, os professores são vitais no processo de desenvolvimento de seus pupilos, já que saem da figura de transmissores de dogmas, tornando-se mediadores, auxiliando os educandos a produzirem conhecimentos a partir dos saberes elaborados existentes. Em paralelo, os responsáveis pelos indivíduos em formação devem participar de todos os processos de desenvolvimento, de forma ativa, posto que a educação não pode, nem deve se resumir ao ambiente escolar.

A interdisciplinaridade surge como uma possibilidade de relação entre várias áreas de conhecimento e questões fundamentais da contemporaneidade, que, consoante Fazenda (2001), possibilitaria a substituição das verdades contidas em cada disciplina pela verdade do homem enquanto ser no mundo, posto que a organização de matérias científicas teria, agregadas a si, não apenas conhecimentos científicos, mas também visões diferentes do mundo, notadamente das pessoas que o compõem. Esse pensamento comporia a “Epistemologia da alteridade”, em que objetividade e subjetividade se complementariam. Corroborando as conscienciosas ideias da autora, Fernandes defende que “é para a vida que vivemos, e isso implica colocar-se no centro de suas ações e, ao mesmo tempo, o outro, pois como vimos, é a partir do outro e com o outro que nos tornamos seres humanos”. (FERNANDES, 2015)

Lamentavelmente, como propôs Gusmão, o processo educacional tem transformado o diferente em igual para a submissão, dominação e exploração em nome de um modelo cultural que se acredita natural, universal e humano. A socialização se apresenta mais importante que a sociabilidade humana, em que haveria reciprocidade e interdependência: a

compreensão entre um “eu e um outro” em lugar dos que são ou não poderosos. (GUSMÃO, 1999)

Santos e Sadala (2013), no artigo intitulado “Alteridade e adolescência: uma contribuição da psicanálise para a educação”, defendem que

Há significantes do Outro que se impõem ao sujeito e aos quais ele se identifica, agindo numa conformidade com eles, tal como numa ordem a cumprir. A esta modalidade de operação do sujeito com os significantes provenientes de A, Lacan dá o nome de alienação. É, de início, uma operação necessária, já que o desejo é, por origem, desejo do Outro. No entanto, é possível o sujeito se desalienar do Outro através da operação de separação, na qual o sujeito, ao descobrir esses significantes-mestres que o determinam, abre para si a possibilidade de modificar sua experiência subjetiva. O sujeito se constitui nesta oscilação entre a alienação e a separação no que diz respeito ao Outro”. (SANTOS E SADALA, 2013)

Todavia, os preceitos normativos voltados à educação, enaltecem orientações sobre a aceitação e valorização das diferenças, mas a prática demonstra a distante realidade da teoria.

A lei nº 13.005/14 (Plano Nacional de Educação), em seu artigo 2º, preceitua as diretrizes educacionais, merecendo destaque os seguintes conteúdos:

Art. 2º - São diretrizes do PNE: III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país, e, X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014)

Pois bem, passo a tecer considerações sobre as propostas do artigo supra referenciado. O inciso III objetiva atender a Meta 8 do mesmo diploma legal, elevando a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo até 2024. Batista *et al.* (2013) descrevem que a intenção é trabalhar na educação voltada para a diversidade desafiando desigualdades, aproximando-se da perspectiva multicultural crítica.

Em que pese o posicionamento dos autores referenciados no parágrafo anterior seja extremamente interessante do ponto de vista da valorização da diversidade, não é possível crer no êxito da superação das desigualdades educacionais, haja vista que a prioridade governamental não é de fato desenvolver cidadania e sim, deixar de ser um país associado para se tornar um dos membros da OCDE (Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico). Para tanto, tem que atingir a meta para desenvolvimento da educação básica, para então poder participar de seminários e de reuniões de grupo de trabalho. Com esse intuito, criou ferramentas de avaliações em massa, notadamente a ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica; a ANRESC/Prova Brasil – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar e da ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, pertencentes ao Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica. Os resultados aferidos nas avaliações em massa transformam-se em indicadores que compõem o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2007), e, a partir destes, políticas públicas são criadas a fim de melhorá-los.

Os conceitos considerados importantes para a qualidade da educação consistem na aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática (INEP, 2015)

Já o documento intitulado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e escolas (disponibilizado para *download* no próprio *site*), elaborado por Reynaldo Fernandes e publicado em 2005, informa:

O Ideb é um indicador educacional que relaciona, de forma positiva, informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiências) em exames padronizados, como a Prova Brasil e o Saeb (FERNANDES, 2005).

Passemos agora à análise do conceito defendido pelo autor, que é economista e não educador e que defende ser a aprovação sinônimo de rendimento escolar e que proficiência é sinônimo de desempenho.

Segundo o dicionário Aurélio, desempenho encontra como definições: “o ato de desempenhar; cumprimento; resgate ou modo de representar. Já desempenhar ganha o significado de cumprir (missão, encargo, etc); livrar-se de dívidas”. (AURÉLIO, 2016)

Desse modo, em o aluno sendo aprovado, podemos concluir que cumpriu sua missão, ou seja, logrou êxito nas disciplinas contempladas nos exames padronizados.

No que concerne à proficiência, o dicionário Michaelis esclarece ser a qualidade de proficiente (conhecedor, hábil); competência, mestria. Mestria, por sua vez, é o profundo conhecimento de qualquer matéria (grifo meu). (MICHAELLIS, 2016)

Pois bem, a apreensão de conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática não são suficientes para garantir senso crítico, valores morais e éticos, promoção humanística e

científica, bem como respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental, como proposto nos incisos V, VI e X do artigo 2 do PNE.

Há quem defenda que diversas áreas de conhecimento são trabalhadas em conjunto com as disciplinas acima e há, de fato, professores que buscam unir outras áreas às suscitadas, mas é difícil acreditar que a partir da promulgação do Parecer CNE/CP nº 05/05, que passa a exigir a formação em nível universitário (Pedagogia) para os profissionais que atuam na Educação Básica, que tenham adquirido, de forma proficiente, saberes aprofundados sobre as áreas de conhecimento aduzidas no PNE.

Aliada a essa situação, com a finalidade de aumentar o número de indivíduos nas escolas, políticas públicas “inovadoras” foram criadas, a exemplo da “Progressão Continuada”, originada em 1996 por meio da LDB. Na teoria, os ciclos deveriam garantir a aprendizagem, respeitando o ritmo de cada aluno. Na prática, os professores não tiveram tempo de se adaptar às exigências e acabaram por praticar a aprovação automática. Vale lembrar que o modelo de ensino bancário foi substituído pelos ciclos de aprendizagem. No entanto, os docentes foram surpreendidos com a mudança e nem todos possuíam bagagem adequada que pudessem ser transferidas aos discentes no intuito de desenvolver nestes últimos, autonomia e criticidade.

Vale mencionar novamente que a política pública surgiu em 1997 mas apenas em 2005 passou a ser necessária a “capacitação” dos docentes para que pudessem acompanhar o incremento de aprendizagem nos discentes. Com base nesse fato, há de se perguntar: o desenvolvimento dos indivíduos era prioridade para o governo?

Honorato (2015), em matéria intitulada “O dilema da progressão continuada”, aduz:

“Uma análise um pouco mais cuidadosa revela que a política pública da progressão continuada não pode se resumir ao avanço indiscriminado do aluno. Para ser bem sucedida, a progressão precisa garantir o acompanhamento constante da situação do aluno, investir pesado na formação continuada dos professores e assegurar uma gestão escolar eficiente, que organize a rotina da escola de modo a criar condições para que nenhum aluno fique sem aprender. Com essas diretrizes bem trabalhadas, também no Brasil o termo repetência passaria a não mais fazer sentido.” (HONORATO, 2015)

De qualquer sorte, passados dezesseis anos da promulgação do Parecer CNE/CP nº 05, continuamos a perceber a desconexão entre o ideal e a realidade.

Exemplo do ora insinuado é o que previu a Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012 e as medidas populistas disponibilizadas pelo Governo a partir de 2003.

O documento ratificou boa parte do conteúdo do capítulo 4 da Agenda 21 Global (1995), no que tange à necessidade da mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes. No entanto, deixou de explicitar o conceito de Consumo Sustentável, que envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível. Consumimos de maneira sustentável quando nossas escolhas de compra são conscientes, responsáveis, com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais – positivas ou negativas.

Ocorre que em 2003 o Governo promulga a Lei nº 10.754, na qual ficam isentados do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) os automóveis de passageiros de fabricação nacional movidos a combustível de origem renovável OU sistema reversível de combustão.

De acordo com a tabela abaixo, podemos ter uma ideia do número de veículos produzidos entre 2003 e 2016.

Tabela 1: Veículos produzidos entre 2003 e 2016

Ano	Gasolina	Etanol	Flex
2003	1.480.628	31.728	39.853
2004	1.470.628	49.796	282.710
2005	1.586.869	27.871	820.791
2006	1.227.408	339	1.291.913
2007	882.394		1.764.494
2008	685.515		2.026.768
2009	574.218		2.298.942

2010	599.398		2.311.721
2011	408.697		2.215.548
2012	340.622		2.418.397
2013	329.851		2.616.845
2014	207.014		2.291.196
2015	218.616		1.795.733
13 anos	10.011.858	109.734	22.174.911
Total	32.296.503		

Fonte: Anfavea (Anuário 2016)

De acordo com Alves e Wilbert (2014),

No período de 2008 a 2013 o Governo Federal reduziu em dois momentos a alíquota do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para automóveis, com o objetivo de aumentar a demanda destes bens e, com isso, estimular a economia. A primeira redução ocorreu no período de dezembro de 2008 a março de 2010 e a segunda redução ocorreu de maio de 2012 a dezembro de 2013. (ALVES E WILBERT, 2014)

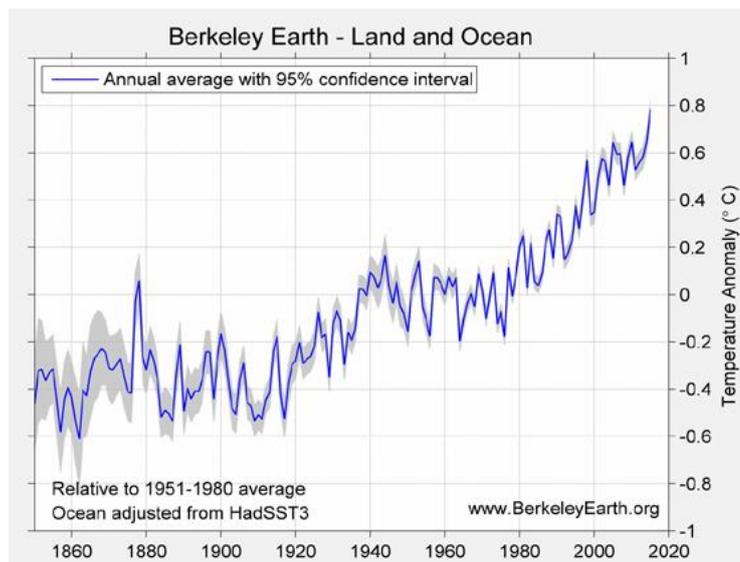
Assim, pode se depreender que mais de trinta milhões de veículos foram colocados nas ruas, o que quer dizer que a emissão de gases poluidores no ambiente é significativa.

Pino *et al.* (2011) expõem que

Em São Paulo, onde circulam cerca de cinco milhões de veículos, a média de congestionamento nos horários de pico é de 100 quilômetros e esses carros parados jogam no ar toneladas de gases e partículas químicas. Quando a velocidade de 30 quilômetros por hora diminui para 20 quilômetros horários, por exemplo, o consumo de combustível mistura cerca de 30% a mais de substâncias tóxicas no oxigênio que se respira. (PINO *et al.*, 2011)

Com intuito de demonstrar que a política governamental contribuiu expressivamente para resultados negativos em termos ambientais, o órgão independente Berkeley Earth, situada na Califórnia/EUA, estimou que 16,9% da superfície do planeta registrou recorde climático em aquecimento, sendo que o Brasil registrou 1,38°C mais quente do que antes da industrialização. A autora cita outrossim que para estagnar o aquecimento global, há de se aplicar eficiência energética e utilizar mais as energias renováveis. (MULLER, 2015)

Gráfico 1: Anuário de aumento de temperatura global.



Fonte: Berkeley Earth (2015)

Ao longo da história de nosso país, muitas ideias que estimulam a prosperidade da nação e enaltecem a valorização dos indivíduos foram propostas, mas as práticas se desvirtuaram dos objetivos apostos nos documentos, possivelmente porque culturalmente, os interesses de minorias sempre prevaleceram sobre os das majorias. É certo que a Constituição Federal de 1988 trouxe conquistas extraordinárias, mas não suficientes para despertar nos indivíduos que compõem nossa sociedade o sentimento de patriotismo e solidariedade. A diversidade, ao invés de ser utilizada em prol do todo, serviu (e continua servindo) como fator de segregação e moeda de troca por votos, mantendo o ciclo vicioso da briga pelo poder. Os discursos dos “nós” e “eles”, presentes na última década acirraram ainda mais a desunião da população, desenvolvendo pessoas egoístas e egocêntricas, ávidas de necessidade de autovisibilidade.

O cenário que se presencia hoje relembra o “estado de natureza”, defendido por Hobbes na obra “Leviatã”, no qual os indivíduos exerciam o direito de natureza, baseados na liberdade, em que cada homem utilizaria seu poder para conquistar o que desejasse, como melhor lhe conviesse, de acordo com o próprio julgamento e razão, valendo-se dos meios necessários para consecução de seus objetivos. Assim, a condição era caracterizada como “guerra contra todos” na qual todo homem teria direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros e enquanto durasse o direito, não haveria nenhum homem, por mais forte e sábio que fosse, seguro de viver. (HOBBS, 1651)

Considerando o distanciamento dos indivíduos aos valores morais necessários para reunificação da sociedade, medidas de desenvolvimento sustentável devem ser colocadas em

prática. Nas palavras proferidas pelo insigne professor Dr. Mohamed Habib, na abertura do Fórum Debate de Políticas de Sustentabilidade na Universidade, ocorrida na UNICAMP em abril de 2015,

Desenvolvimento sustentável significa que nós temos que buscar em nossa relação com o ambiente como um todo [seja físico, social, econômico, etc.] os instrumentos, meios e recursos para aprimorar cada vez mais a qualidade de vida do coletivo humano, desde que saibamos respeitar este mesmo direito para todos os que aqui estão presentes, bem para os que ainda irão nascer. Se nós criamos essa sensibilidade em nossa relação entre o ambiente físico, biológico e com a sociedade, *á sim* estaremos construindo um modelo de sustentabilidade. (HABIB, 2015)

Para que possamos nos tornar sustentáveis, necessário se faz criar uma cultura de “sobrevivência saudável” a partir da conscientização das pessoas. O principal espaço para isso é o escolar/acadêmico, que deve estimular cada vez mais os aspectos atitudinais de caráter solidário.

Este aspecto por mim defendido encontram respaldo nos pensamentos de Durkheim (1858-1917), que também externava que qualquer agrupamento humano só se constitui em sociedade se for estabelecido algum laço de solidariedade entre os indivíduos, originando um pacto de convivência e ordem social, fatores a serem respeitados por todos e o conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade formam um sistema determinado e com vida própria – a consciência coletiva, capaz, por sua vez, de coagir ou constringer os indivíduos a se comportarem de acordo com as regras estabelecidas.

A educação é certamente a melhor ferramenta de conscientização e desenvolvimento de sensibilidade, além de permitir mobilidade social. Deve, portanto, ser levada a sério por todos, sem o discurso de que a responsabilidade é “de um ou de outro”. O artigo 205 da Constituição Federal explica, de forma clara e inequívoca que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Dando suporte ao pensamento externado há pouco, cito algumas das palavras do ilustre desembargador Zvirblis, no artigo “Liberdade, igualdade, cidadania e juridicidade”. Segundo o autor, o conhecimento acerca direitos e deveres reflete na existência da cidadania e que essa se constitui em liberdade política, no exercício dos direitos, quer no aspecto de

liberdade negativa, liberdade de ação, quer no aspecto de liberdade positiva, de vontade. Referenciando Arendt², reproduz o conceito de cidadania como o estado de pertencer a uma comunidade capaz de lutar pelos direitos de seus integrantes como o “*direito de ter direitos*”. Por fim, explica que a

(...) condição de cidadania traz como consequência direitos e deveres que acompanham o indivíduo mesmo que se afaste de seu Estado. Portanto, a cidadania ativa não pode deixar de preencher os requisitos exigidos pelo Estado, pois, caso contrário, o indivíduo poderá perdê-la, sendo esta perda de suma gravidade, mormente se o indivíduo não tiver condições de ser cidadão de outro Estado, ficando impossibilitado de conviver em associações. (ZVIRBLIS, 2009)

A condição de cidadão exige a construção de identidade própria, que só é possível quando, de fato, a diversidade é levada em consideração. Desta feita, o papel dos professores, em comunhão com pais/responsáveis e sociedade, é primordial.

Nesse mesmo sentido, Habib (2010) defende que não há como avançar no processo de construção da cidadania deste país, sem incluir a conscientização do educador dos níveis pré-universitários até a formação dos jovens nas instituições de ensino superior. Assevera ainda que a soberania nacional exige aprimoramento de todo o sistema educacional, incluindo instalações e condições de trabalho e recursos humanos envolvidos, qualificados e bem-remunerados. (HABIB, 2010)

Como magistralmente argumentado pelo ilustre autor citado no parágrafo anterior, creio que a desconsideração, seja com relação às pessoas, animais, meio ambiente ou qualquer outra área, se dá não somente pelo desconhecimento das singularidades que regem o mundo, como também pela ignorância ou desrespeito aos preceitos básicos legais/normativos que norteiam a vida da humanidade.

Se a educação tem o condão de transformar as pessoas, a fim de torná-las “parte ativa” da sociedade, portanto, cidadãs, necessário analisar por que, depois de séculos do “descobrimento” do Brasil, continuamos a experimentar a fragilidade na formação de sujeitos que compõem nosso povo.

António Nóvoa, na obra intitulada “Profissão Professor” aludiu o papel do docente, que, a partir do século XVIII, só poderia exercer o ofício com licença ou autorização do Estado, outorgada após a superação de uma série de condições morais e documentais, e, com a prática de tal procedimento, criou-se a regra do suporte legal ao exercício da prática

² Arendt, Hannah. *The Original of Totalitarianism*. Nova York: Harcourt Brace Javanovitch, 1993, p. 299-302

docente, ficando a educação então, atrelada ao aval do Estado, passando os professores a exercer também papel de agentes políticos. Já no século XIX, os docentes passam a reivindicar o caráter especializado da ação educativa, bem como a realização de um trabalho de alta relevância social. Nascia ali a “institucionalização da formação específica especializada e longa”. Ao longo daquele século situações controversas foram constatadas, tais como a conquista do professorado com as escolas normais; o lugar central que as instituições de formação passaram a ocupar na produção e reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas da profissão docente, já que as escolas normais produziam a profissão docente em nível coletivo, socializando seus membros a fim de criar uma cultura profissional; os professores passaram por dilemas entre “ser” e “não ser”, “parecer” e “não parecer”, “ter” e “não ter”... não podiam ser magistrais e tampouco miseráveis. Nasce também o dilema entre as imagens masculinas e femininas na profissão. No princípio do século XX, a escola e a instrução representam o progresso, e os professores tornam-se figuras importantíssimas nesse cenário, detentores de conhecimentos e de técnicas proficientes de ensino e senhores de valores éticos e normas deontológicas. Mas, em pouco tempo, a profissão deixou de ser valorizada. Os professores passaram a ser desprezados, e, por ser um ofício predominantemente feminino, as profissionais passaram a ser consideradas “tias”, como se fossem extensões da família e cuja tarefa principal, notadamente nos anos iniciais, seria a de “tomar conta” das crianças. Iniciou-se o período da desprofissionalização ou desvalorização do professorado, cujos reflexos negativos podem ser sentidos ainda hoje. (NÓVOA, 1999)

A ligação da educação com o Estado acabou por prejudicar a todos, pois os interesses próprios dos Governantes eram (e continuam sendo) mais importantes que os da população.

Hermann (2005), alerta:

Quando a sociedade vive um período de crise mais adensada, a educação recebe por inteiro as consequências da anomia e da perda de sentido. Isso se torna particularmente problemático, porque, desde sua significação mais originária, a educação pretende desenvolver uma ação que tenha sentido, formar homens que se sintam partícipes de uma comunidade moral e que sejam capazes de constituir-se como sujeitos autônomos. (HERMANN, 2005, p. 20)

Vale salientar que a ideia de fazer a população participar da gestão pública só foi levada em consideração em 1999, com o grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. A época exigia um novo modelo que promovesse o desenvolvimento do país, aliado à reorganização para o aparelho do Estado e uma visão não gerencialista (baseada na cultura do

empreendedorismo, reflexo do capitalismo flexível). Em 2002, o cenário prometia mudanças no cenário Estado e sociedade, contudo, não se concretizou, dando continuidade ao gerencialismo, ficando a dimensão sóciopolítica no âmbito do discurso. (DE PAULA, 2005)

A educação, portanto, continua carregando as intenções das parcelas dotadas de poder. Apple, a exemplo de Sacristán, afirma que o poder e a cultura estão dialeticamente entrelaçados e que as práticas escolares vinculam-se à estruturas econômicas, sociais e ideologias que se encontram fora dos prédios escolares” (APPLE, 2006).

Flecha (1997), defendeu que a inteligência cultural destaca a capacidade que toda pessoa tem para adquirir conhecimento em diferentes espaços e a necessidade de exceder a supervalorização das habilidades adquiridas no meio escolar, haja vista a infinidade de habilidades praticas, comunicativas e cooperativas que podem ser adquiridas em outros ambientes, que não apenas os escolares. Cada indivíduo se desenvolve de acordo com o lugar e com as pessoas onde realiza suas interações. O problema, segundo o autor, consiste na existência de valores sociais impostos por grupos privilegiados, razão pela qual a inteligência acadêmica se apresenta mais importante que a inteligência prática. Este autor indica ainda três passos fundamentais para que seja possível o entendimento deste tipo de inteligência, que são a autoconfiança interativa, que trata do reconhecimento das capacidades demonstradas pelos integrantes do grupo; a transferência cultural, que trata da possibilidade de apresentar a inteligência cultural dentro de novos contextos e a criatividade dialógica, que é a constatação da aprendizagem gerada a partir das interações com outros indivíduos.

Para o filósofo alemão Adorno³, o processo educativo/formativo que pratica a educação punitiva, gera o sentimento de vingança nos alunos, os afastando do propósito da educação, que é a emancipação do sujeito. Assim, o processo formativo pedagógico que deveria incrementar o processo de representações e de reflexões bastante discutidas por Rousseau (baseadas na liberdade e desenvolvimento das faculdades das crianças), tem se esvaziado diante da hipocrisia e da dissimulação dos indivíduos, que estão perdendo a razão. Desse modo, somos remetidos às ponderações sobre a sociedade e sobre o tipo de pessoas que o atual sistema social está formando, já que somente as argumentações críticas e filosóficas podem impedir que as pessoas cometam atrocidades.

A racionalidade que impregna as visões de mundo contemporâneas faz com que o homem sinta-se como uma peça na engrenagem de um sistema que o oprime, anulando a sua

³ **Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno**, nascido em Frankfurt, em 11/09/1903, formou-se em filosofia, sociologia, psicologia e graduado na Universidade de Frankfurt, fundou, ao lado de Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, entre outros, a Escola de Frankfurt.

individualidade e, ao mesmo tempo, suprimindo as suas possibilidades de participação consciente na comunidade, produzindo o seu isolamento. Dentro deste contexto, que engloba o progresso tecnológico, deve ser concebida uma nova educação, na qual ascenda uma racionalidade que permita ao homem assumir o seu um papel reflexivo. No que concerne às práticas educativas, devem resgatar uma racionalidade cujos processos de individuação se efetuem em sua interação dialética com os processos de socialização, permitindo que o sujeito construa a sua identidade pessoal em consonância com princípios de solidariedade, de participação comunitária e integração social: no âmbito da escola, esses princípios se concretizam em práticas educativas que propiciam ao aluno experiências de reflexão e diálogo, lhe permitindo a participação em discussões que envolvem tomadas de decisões.

Segundo Jacques Delors (2001), *o desenvolvimento humano é um processo que visa ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas*, e, portanto, deve se pautar nos quatro pilares da educação, quais sejam: Aprender a conhecer; aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

O ‘aprender a conhecer’ implica no interesse pelo conhecimento, combinado com cultura geral ampla, permitindo ao indivíduo se beneficiar de oportunidades educacionais que se lhe apresentarem ao longo da vida.

O ‘aprender a fazer’ se traduz nas competências que as pessoas desenvolvem a fim de enfrentar situações variadas, bem como trabalhar em equipe.

O ‘aprender a conviver’ tem por objetivo desenvolver a compreensão do outro e perceber as interdependências baseadas em respeito e pelos valores do pluralismo e compreensão plena.

Por fim, o “aprender a ser” está ligado ao desenvolvimento e à capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal.

Apesar de os quatro pilares serem suficientes para uma mudança expressiva, Paulo Freire, sabiamente, inseriu mais um, qual seja: Aprender por que?

Se o conhecimento advém de conteúdos conceituais, fatuais, procedimentais e atitudinais, o aprofundamento sobre os dois últimos é de suma relevância, notadamente no que concerne aos valores, atitudes e normas, haja vista que apenas a apropriação dos conceitos apresentados e os conhecimentos factuais, definidos por Zabala (1998) como aos que se referem ao conhecimento de fatos, acontecimentos, dados e fenômenos concretos e singulares, não são suficientes para despertar os sentimentos necessários de solidariedade e respeito.

Vale lembrar que, segundo Jacques Delors (2001), *o desenvolvimento humano é um processo que visa ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas*, e, portanto, deve se pautar nos quatro pilares da educação, quais sejam: Aprender a conhecer; aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

O ‘aprender a conhecer’ implica no interesse pelo conhecimento, combinado com cultura geral ampla, permitindo ao indivíduo se beneficiar de oportunidades educacionais que se lhe apresentarem ao longo da vida.

O ‘aprender a fazer’ se traduz nas competências que as pessoas desenvolvem a fim de enfrentar situações variadas, bem como trabalhar em equipe.

O ‘aprender a conviver’ tem por objetivo desenvolver a compreensão do outro e perceber as interdependências baseadas em respeito e pelos valores do pluralismo e compreensão plena.

Por fim, o “aprender a ser” está ligado ao desenvolvimento e à capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal.

Exposto tudo isto, devemos nos perguntar: quando o “Outro” deixará de ser negligenciado?

Em sendo o ser humano, essencialmente social, para que haja possibilidade de uma sustentabilidade da própria espécie, de forma digna, necessário se faz praticar, de forma consciente, a alteridade positiva, substituindo o pensamento que o “Outro” é o responsável por toda intolerância, pela polarização de classes intelectuais e financeiras, enfim, que o “Outro”, nas palavras de Duschatzky e Skliar (2003) seja a fonte do mal.

Estes autores defendem ainda que a alteridade, para poder fazer parte da diversidade cultural bem entendida e aceitável, deve despir-se, des-racializar-se, des-sexualizar-se, despedir-se de suas marcas de identidade; deve, em outras palavras, ser como as demais (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2003)

No contexto atual, o discurso do “Nós” e “Eles”, difundidos pelas figuras representativas da população, as incitações de ódio entre os indivíduos, divulgadas amplamente pela mídia, a exemplo de uma formanda da área da Medicina, “usada” como símbolo de discriminação racial pela chefe de Estado, no Encontro pela Democracia, realizada no Palácio do Planalto/DF em 12 de abril de 2016, diante do *slogan* “Pátria Educadora”, apresentando a seguinte mensagem: “ A Casa Grande surta quando a Senzala (em vermelho) vira médica” (MIAZZO, 2016)

Que Pátria Educadora é essa que faz questão de ratificar negativamente a diversidade? Para divulgação de “acesso ao ensino superior para todos”? Essa medida não é nada mais que obrigação por parte do Estado.

Duschatzky e Skliar (2003) também apresentam o mito do arquétipo cultural, em que as culturas representam comunidades homogêneas, nas quais os indivíduos sentem-se plenamente satisfeitos e pertencentes às tradições culturais de sua comunidade.

Não é possível supor que todos os indivíduos devam se sentir confortáveis com as condições na qual iniciaram suas vidas. Fosse assim, uma pessoa nascida em situação de miséria, deveria se contentar com a precariedade de sua circunstância, não podendo mudar sua realidade?

Souza (2015), interpretando as ideias de Emmanuel Levinas (1906-1995), filósofo francês que defendeu a ideia de que a Ética, e não a Ontologia, é a Filosofia primeira e diante do rosto do Outro, o sujeito se descobre responsável e lhe vem à ideia do Infinito, impinge à alteridade, a conjunção da ética, de forma continuada, ao que intitula “o infinito ético”, como se depreende do excerto ora reproduzido:

O infinito ético “vem” do Outro - ele “é” o outro, o além do Ser, as “sobras” de ser, e fala uma língua própria. As categorias ônticas e ontológicas não se encaixam em seu “oferecimento”, e esta linguagem não corresponde à expectativa de compreensão da ontologia. Ela é fonte de seu próprio sentido. E esse sentido se condensa na presença imaterial - em sentido extremo, não ontológica - do Olhar. O que é o Olhar? Ninguém sabe, pois não é uma questão de saber e não saber. A questão verdadeira agora é sofrer ou não sofrer sua presença, responder ou não responder - em sentido ético - seu questionamento eterno, ou melhor, fora do tempo da ontologia. (SOUZA, 2015)

Complementa ainda que apenas por meio da ética é possível atingir a liberdade, que se inicia com a liberdade do outro, investida de responsabilidade, ao invés da liberdade condicionada, em que os direitos de um vão até onde iniciam-se os direitos do outro.

Isto posto, por onde iniciar o processo de conscientização?

Em meu ponto de vista, deve iniciar-se a partir dos profissionais da educação, que obrigatoriamente devem estar comprometidos com o propósito de desenvolvimento de autonomia e criticidade de seus discentes, e, em se tratando da esfera pública, o exercício do ofício não deve estar atrelado à estabilidade de um cargo público.

Necessário outrossim que o educador não seja tão somente comprometido, mas bem remunerado, para que não tenha a necessidade de buscar outros meios de renda, para

sobrevivência. Não raros são os casos de professores que são obrigados a conjugar duas jornadas trabalhistas para obter uma quantia mensal menos indigna.

Impossível crer que pessoas que tenham tamanho desgaste, possam se dedicar de modo eficaz ao trabalho e ainda buscar o constante aperfeiçoamento. Impossível desenvolver terceiros sem possibilidade de autodesenvolvimento.

O desenvolvimento gera identidade. Levisky (2002) aborda, do ponto de vista psiquiátrico, que

A construção da subjetividade do sujeito, desde seus primórdios, está diretamente relacionada às características intrínsecas do indivíduo, à sua história, qualidade dos vínculos afetivos e do contexto sociopsicológico-econômico-político-cultural no qual ele está inserido e ao processo educacional. (LEVISKY, 2002)

O mesmo autor esclarece que crianças e adolescentes estão em processo de desenvolvimento psicológico, biológico e social, estando sujeitos aos estímulos internos e externos, carregando consigo potenciais construtivos, destrutivos, reparadores e criativos, de vida e de morte que podem ser estimulados ou reprimidos pela cultura, relações afetivas, valores e normas estabelecidos pela sociedade. (LEVISKY, 2002)

Outra perspectiva que deve ser levada em consideração é o aspecto da humanização como fator de envolvimento com a educação e efetivo desenvolvimento dos educandos, como é possível depreender das palavras de Neidson Rodrigues (2001, p. 253-254):

[...] Na medida em que os meios e as formas tradicionais de Educação acham-se de tal modo corroídos, começam a ser direcionados para a Escola os olhares dos povos, na esperança de que esta exerça uma função Educativa e não apenas a da Escolarização. Somente que será necessária uma outra visão da Escola, dos conteúdos escolares, do papel dos educadores e da relação da Escola com a sociedade. As crianças serão enviadas para a Escola cada vez mais cedo e nela permanecerão por um tempo mais extenso. E isso não será porque há um mundo novo de informações a ser processado e, sim, porque a Escola deverá exercer o tradicional papel das famílias, das comunidades, da Igreja, e ainda, o que lhe era próprio: desenvolver conhecimentos e habilidades. Ela deverá se ocupar com a formação integral do ser humano e terá como missão suprema a formação do sujeito ético (RODRIGUES, 2001).

De acordo com a legislação cível brasileira, até os dezoito anos, via de regra, todo e qualquer sujeito depende de seus pais ou quem faça as vezes para tomar as decisões, mas isso não é sinônimo de anular as expectativas e preferências dos tutelados. Atingida a maioridade,

pelo menos em tese, se os responsáveis cumpriram seus deveres morais e legais, terão dado condições de inclusão dos ‘novos adultos’ na sociedade, quando então passam a possuir discernimento suficiente para suas tomadas de decisões.

Se durante as fases da infância e adolescência, os indivíduos tiveram oportunidades precárias de conhecer realidades diferentes das vivenciadas pelos familiares ou comunidade nas quais estiveram inseridos, menores foram as chances de criação de identidades próprias. Estas pessoas sujeitam-se a copiar os modelos que conhecem.

Vygotsky (1896-1934) já defendia, em sua “Teoria Histórico Cultural”, que o processo de desenvolvimento orgânico e cultural de maturação não acontecem um momento exato e de forma linear e que o meio social é fator de influência sobre os sujeitos. Concluiu assim que o desenvolvimento psíquico dos seres humanos depende das interações sociais havidas.

Indivíduos que crescem sem perspectivas e espírito de solidariedade acabam praticando atos que saciam tão somente seus interesses, pois se veem como “vítimas do sistema” e creem não fazer parte da sociedade.

Novamente citando Levinsky (2002), confunde-se a moral democrática dos afetos, sentimentos e ideias com liberdade de ação, distante da preocupação com as consequências.

A educação obviamente deve servir como ferramenta de conscientização e apreensão de conteúdos conceituais e atitudinais, que permitirão futuramente, a mobilidade social, como resultado dos esforços despendidos para esse fim.

Para tanto, a educação carece ser permeada pela sensibilidade e encanto.

O tipo de ensino ou procedimentos metodológicos ideais têm que ser passíveis de fazer com que as expansões biológica e cultural convirjam para uma mesma finalidade, que é o desenvolvimento pleno do indivíduo e não apenas retenções temporárias de conteúdo (apenas o suficiente para reprodução em avaliações). Isso não é aprendizagem e nos remete à época em que Freire dizia que a educação não passava de um processo bancário, no qual os professores depositavam os conteúdos e os alunos os guardavam.

Nesse sentido, o processo ensino-aprendizagem precisa se tornar obra de arte, algo passível de desencadear sensibilidade e racionalidade, características típicas da “Educação Estética”. Nas palavras de Trezzi e Berkenbrock-Rosito,

O impulso sensível se traduz no sentimento despertado na pessoa, após observação ou contemplação de uma obra de arte é, como o próprio nome diz, a dimensão da sensibilidade, ou seja, é aquilo que a observação ou a contemplação da obra de arte desperta na pessoa, o que pode ser em geral

êxtase, indiferença ou repulsa. Já o formal refere-se ao outro extremo, isto é, à dimensão intelectual da contemplação da obra de arte. (TREZZI E BERKENBROCK-ROSITO, 2010)

Os autores referenciados acima, sabiamente uniram os conceitos de Friedrich Schiller (1759-1805), poeta, filósofo, médico e historiador alemão, adepto a filosofia de Kant no que concerne à estética e de Paulo Freire (1964-1985), educador, dedicado a divulgar os preceitos do existencialismo cristão, a fenomenologia, dialética hegeliana e materialismo histórico, para defender que o espaço escolar deve se apresentar de forma bela, bem como a educação deve ser vista como obra de arte.

Kant, há mais de dois séculos, já advogava no sentido que a espécie humana deveria extrair de si mesma todas as qualidades naturais, já que uma geração era responsável pela educação da próxima, e, por óbvio, esse processo é paulatino, é uma arte a ser aperfeiçoada por várias gerações. A pedagogia deve se pautar nos exemplos de sucesso, para atingir seu propósito, posto que não logrará êxito se indivíduos não educados corretamente ficarem a cargo da tarefa. A ciência deve prevalecer sobre o mecanicismo, no que se refere à arte da educação, posto que do contrário, uma geração poderia destruir tudo o que uma outra anterior tivesse construído. (KANT, 2002)

A sustentabilidade do ser humano não pode ocorrer em um mundo no qual as pessoas vivem na condição de imediatismo e egoísmo. A arte da consciência precisa ser desenvolvida. No entanto, correções têm que ser realizadas.

Unindo os preceitos de Paulo Freire (1987), que defende o diálogo como base de todo o processo educativo, tendo como princípio o respeito à cultura do aluno, compreensão de sua visão de mundo e respeitando os saberes que ele traz, aos preceitos da educação estética, é possível crer na formação de indivíduos mais críticos, ainda que o percurso para consecução dos resultados seja moroso. É possível inserir nos currículos, saberes éticos que construam a possibilidade de uma participação democrática, responsável e capaz de produzir consensos e de reconhecer e respeitar as diferenças.

O papel da escola, para Forquin (1993), se resume em garantir a transmissão do patrimônio cultural da humanidade às novas gerações, consistente em conhecimentos e competências, de instituições, de valores e de símbolos, construído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular.

Novamente vale ressaltar que para se chegar a um resultado positivo, a ser vivenciado pelas próximas gerações, os profissionais da área precisam se comprometer com o

propósito de desenvolvimento do todo, e, nesse sentido, a extinção da estabilidade se faz necessária.

De acordo com DINIZ (1998), a estabilidade é um atributo do cargo público que assegura a continuidade da prestação do serviço público, que é de caráter permanente, de propriedade jurídica do elo que ata a pessoa estatal ao servidor titular do cargo público de provimento efetivo.

Sakai, no intuito de justificar a estabilidade, menciona que

O objetivo maior do instituto da estabilidade consiste em proporcionar independência à Administração Pública nas mais variadas funções exercidas, mantendo a continuidade da prestação funcional, bem como a melhoria dos serviços prestados [...]. Hoje, é cada vez mais latente a necessidade de manutenção do quadro funcional da Administração Pública com profissionais especializados. (SAKAI, 2014)

Em que pese o conceito seja perfeito, não é o que o cenário da educação pública experimenta. A especialização não é estanque. Quem atua no magistério tem necessidade contínua de atualização já que a sociedade muda rápida e continuamente.

Quem ingressa na profissão com intuito de se manter estável, não está necessariamente imbuído de comprometimento. Duas medidas de cunho político-legal poderiam diminuir o cenário, quais sejam: ou os sujeitos ingressam na profissão por meio de concurso e têm suas relações de trabalho regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas, sendo considerados empregados e sujeitos à tal legislação, podendo ser desligados quando não apresentassem bom desempenho (no caso poderia ser criada uma exceção para tais profissionais no sentido de lhes dar respaldo jurídico na estabilidade hoje prevista no estatuto do servidor público, podendo ser dispensados apenas em caso de justo motivo, previsto no art. 482 do diploma legal citado); ou devem passar por constantes avaliações de desempenho a fim de verificar se estão realizando um trabalho proficiente.

De qualquer sorte, uma nova cultura ética se faz necessária para que as palavras de Sakai pudessem, efetivamente, fazer sentido.

Diante de todo o exposto, clama-se pela busca de um novo paradigma que oriente visões de mundo, portador de valores que assegurem à humanidade a sua marcha histórica de forma equilibrada, integrando os avanços advindos dos processos de modernização em um projeto que vise salvaguardar as possibilidades de vida digna para todos os seres humanos: e, como parte desse processo, a educação ocupa um papel de indiscutível centralidade, posto que repensar a escola é humanizá-la, voltando-a para o caminho da cooperação, do entendimento,

do apoio a posturas sensatas e conciliatórias, com relações interpessoais que busquem transformar o ser humano, atingindo assim, a sustentabilidade da espécie.

REFERÊNCIAS:

ALVES, L.S; WILBERT, M.D. **Redução do Imposto sobre Produto Industrializado e a venda de automóveis**. XI Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade – Novas perspectivas na pesquisa Contábil. São Paulo: 21 a 23 de Julho de 2014. Disponível em: <<http://congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/265.pdf>> Acesso em: 20 Set. 2016.

APPLE, M.W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOUFLEUR, J.P. **Pedagogia da Ação Comunicativa: Uma leitura de Habermas**. Ijuí: Unijuí, 2001.

BRAGA, F. M.; GABASSA, V.M.R.R. **Guia de Estudos Práticas de Ensino 5 – A aprendizagem dialógica**. Edufscar, São Carlos, 2012.

DALLARI, D.d.A. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2a. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

DE PAULA, A.P.P. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. Rev. adm. empres. vol.45 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05.pdf>> Acesso em 24 Set. 2016.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

DINIZ, P.d.M.F. **Tudo Sobre a Reforma Administrativa e as Mudanças Constitucionais**. Coletânea Administrativa Pública. Brasília Jurídica, v.4, 1998.

DUSCHATZKY, S; SKLIAR, C. **O nome dos outros, narrando a alteridade na cultura e na educação**. UNICAMP. 2003. Disponível em:

< http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/o_nome_dos_outros.htm

> Acesso em 24 Set. 2016.

FERNANDES. P.j.C. **Desafios para a efetivação de um projeto interdisciplinar na contemporaneidade: Um diálogo com Jürgen Habermas e Ivani Fazenda**. (2015) Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22627>> Acesso em: 19 set. 2016.

FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad.: Guacira L. Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, A.C.C. e VIEIRA, L.A. **O currículo como instrumento central do processo educativo: Uma reflexão etimológica e conceitual**. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 2009.

GUSMÃO, N.M.M. **Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro**. Cadernos de pesquisa UNICAMP, n° 107, p. 41-78, julho/1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Pokka/Documents/UNISANTA/Sustentabilidade/linguagem%20e%20alteridade.pdf> Acesso em: 19 set. 2016.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade: Doze lições**. Tradução Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABIB, M. **Ambiente e Sociedade na Agenda da Educação**. 2010. Ciências em Foco UNICAMP. Capa. V.1, n° 3 (2010). Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/cef/article/view/4484>> Acesso em 19 Set. 2016.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Paris 15/25 de abril de 1651. Disponível em: <<https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2013/08/te1-hobbes-leviathan.pdf>> Acesso em: 22 Set. 2016.

HONORATO, P. Todos pela educação.Org. **O dilema da progressão continuada**. (2015). Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/33157/o-dilema-da-progressao-continuada/>> Acesso em: 19 nov. 2015.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 3.ª Ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

LEVINSKY, D.L. **Construção da identidade, o processo educacional e a violência - uma visão psicanalítica**. UNICAMP. Pro-posições – Vl. 13, n° 3(39) – set/dez. 2002. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643939/11395> Acesso em 14 Set. 2016.

LINO, A. C. **A relação dos conceitos do belo e do sublime na representação dos gêneros**. Kant e-Prints. Campinas, Série 2, v. 3, n. 1, p. 27-39, jan.-jun., 2008. Disponível em: < <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php?journal=kant-e-prints&page=article&op=view&path%5B%5D=357>>. Acesso em: 08 set. 2015.

MIAZZO, L. [ocafezinho.com.br](http://www.ocafezinho.com.br). 14 de abril de 2016. **Depoimento: A Casa Grande Surta quando a Senzala vira médica**. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2016/04/14/depoimento-a-casa-grande-surta-quando-a-senzala-vira-medica/>> Acesso em 25 Set. 2016.

MULLER, E. 2015 **Unambiguously the Hottest Year on Record**. Berkeley Earth.org. Disponível em: <<http://berkeleyearth.org/wp-content/uploads/2016/01/2015-Hottest-Year-E-Press-Release-v1.0.pdf>> Acesso em: 22 Set. 2016.

NÓVOA, A. (org.). *Profissão professor*. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1999.

PENNA, M.G.O. **Exercício Docente na escola: relações sociais, hierarquias e espaço escolar**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.3, p. 557-569, set./dez. 2008.

PINO, J.C.D, KRÜGER, V., FERREIRA, M. **Poluição do ar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Química – área de educação Química. 2011. Disponível em: <http://www.quimica.seed.pr.gov.br/arquivos/File/AIQ_2011/poluicao_ufrgs.pdf> Acesso em 22 Set. 2016.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2012. 128 p.

RODRIGUES, N. **Educação: da Formação Humana à Construção do Sujeito Ético**. Educação & Sociedade, Campinas: v. 22, n. 76, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300013>. Acesso em: 08 set. 2015.

SACRISTAN, J. G. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SAKAI, M.K. **Breve análise acerca do instituto da estabilidade do funcionário público**. Semana Acadêmica – Revista Científica. ISSN 2236-6717. 2014. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_-_estabilidade_-_nocoas_gerais_0.pdf> Acesso em 26 Set. 2016.

SANTOS, E.G.d; SADALA, M.d.G.S. **Alteridade e adolescência: uma contribuição da psicanálise para a educação**. Porto Alegre. *Educação e realidade*. vol. 38 n.2, Apr./June 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2016.

SOUZA, R.T. de. **Alteridade e Justiça: Uma Introdução ao Núcleo Ético do Pensamento de E. Levinas**. ψR. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 88 - 104, jan - fev. 2015. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista67/revista67.pdf#page=89> Acesso em 25 Set. 2016.

TREZZI, C.; BERKENBROCK-ROSITO, M.M. **Fundamentos da educação estética na formação de professores.** *Revista @mbienteeducação*, São Paulo:. v. 3, n. 2, p. 35-45, jul./dez. 2010. Disponível em:

<http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_3_2/4_rev_n6_clovis_2.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

TRONCA, F.Z. **Estética: rupturas que a sensibilidade permitiu à razão.** *Estética*. São Paulo, n. 10, jan-jun, 2015.